

Principais medidas de política econômica

POLÍTICA MONETÁRIA

**Resolução nº 3.188, de 29.03.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 61, de 30.03.04)**

Autoriza os bancos cooperativos — bancos comerciais ou bancos múltiplos cujo controle acionário pertença a cooperativas centrais de crédito — a captarem depósitos de poupança rural, estabelecendo que o cumprimento da exigibilidade de aplicações em crédito rural se dê após completados seis meses de captação de depósitos de poupança rural. Os bancos cooperativos reúnem características que justificam a autorização ora concedida, por não integrarem o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e terem forte atuação no setor rural. De acordo com a proposta, a contratação de correspondentes por bancos cooperativos para captação de poupança real fica limitada às cooperativas de crédito rural e às de livre admissão de associados.

**Circular nº 3.206, de 25.09.03, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 188, de 26.09.03)**

Permite às instituições financeiras contratarem operações de depósitos a prazo com mais de uma base de remuneração ou índice de preço. O normativo altera a Circular nº 2.905, de 30 de junho de 1999, que, em seu artigo 5º, inciso I, veda, em relação às operações ativas e passivas realizadas no mercado financeiro, a previsão contratual de mais de uma base de remuneração ou índice de preço, exceto na hipótese de extinção da base ou do índice pactuado.

POLÍTICA FISCAL

**Decreto nº 4.955, de 15.01.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 11, de 16.01.04)**

Altera a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os produtos destinados ao armazenamento de grãos e dá outras providências.

**Medida Provisória nº 164, de 29.01.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 20-A, de 29.01.04)**

Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e sobre a Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

**Decreto nº 4.988, de 17.02.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 33, de 16.02.04)**

Aprova o Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais federais para 2004 e dá outras providências.

**Decreto nº 5.027, de 31.03.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 63, de 01.04.04)**

Altera o Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre as programações orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2004 e dá outras providências.

**Medida Provisória nº 179, de 1º.04.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 64, de 02.04.04)**

Altera os artigos 8º e 16º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de

Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), isentando desse tributo as Contas-Investimento e dá outras providências.

**Decreto nº 5.062, de 30.04.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 82, de 30.04.04)**

Fixa coeficiente para redução das alíquotas específicas do PIS/PASEP e da Cofins de que tratam os artigos 51 e 52 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

**Lei nº 10.865/04, de 30.04.04, dos Atos do Poder Legislativo
(Diário Oficial da União nº 83, de 03.05.04)**

Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

**Lei nº 10.866, de 04.05.04, dos Atos do Poder Legislativo
(Diário Oficial da União nº 85, de 05.05.04)**

Acresce os artigos 1º A e 1º B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e dá outras providências.

**Decreto nº 5.101, de 08.06.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 110, de 09.06.04)**

Dá nova redação ao artigo 2º do Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) aprovado pelo Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998.

INDÚSTRIA

**Resolução nº 3.164, de 20.01.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 14, de 21.01.04)**

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a financiar, nas condições que estabelece, a aquisição de caminhões, caminhões-tratores, reboques, semi-reboques, chassis e carrocerias, novos e usados por período não superior a sete anos.

Decreto nº 42.869, de 04.02.04, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul (Diário Oficial do Estado nº 24, de 05.02.04)

Altera o Decreto nº 37.800, de 22 de setembro de 1997, que regulamenta o Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul (Fomentar-RS).

**Resolução nº 3.182, de 29.03.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 62, de 31.03.04)**

Dispõe sobre o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Os recursos a serem aplicados em operações desse programa passaram do limite de R\$ 2.000.000.000,00 para 2.250.000.000,00 até 30 de junho de 2004.

**Resolução nº 3.186, de 29.03.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 62, de 31.03.04)**

Autoriza o BNDES a financiar, nas condições que estabelece, a aquisição de caminhões, caminhões-tratores, reboques, semi-reboques, chassis e carrocerias, novos e usados com até sete anos. Revoga a Resolução nº 3.164, de 20 de janeiro de 2004, adicionando a obrigatoriedade de o BNDES elaborar relatórios trimestrais sobre as aplicações realizadas no âmbito do Programa.

**Resolução nº 16, de 11.06.04, da Câmara de Comércio Exterior
(Diário Oficial da União nº 119, de 23.06.04)**

Altera para 2%, até 30 de junho de 2006, as alíquotas "ad valorem" do Imposto de Importação incidentes sobre alguns bens de capital, bens de informática e telecomunicações, na condição de ex-tarifários.

**Resolução nº 3.215, de 30.06.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 127, de 05.07.04)**

Dispõe sobre alterações nas condições dos financiamentos ao amparo de recursos administrados pelo BNDES — Finame Agrícola Especial.

**Resolução nº 3.219, de 30.06.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 127, de 05.07.04)**

Redefine os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Nas operações de financiamento à exportação de bens e serviços, bem como de programas de computador ("softwares") de que trata a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, o Tesouro Nacional pode conceder ao financiador ou ao refinanciador, conforme o caso, equalização suficiente para tornar os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional.

AGRICULTURA

**Instrução Normativa nº 6, de 08.01.04
(Diário Oficial da União de 12.01.04)**

Aprova o regulamento técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal.

**Portaria nº 11, de 26.01.04
(Diário Oficial da União de 29.01.04)**

Exclui o Estado de Santa Catarina da obrigatoriedade de vacinação das fêmeas bovinas e bubalinas contra a brucelose.

**Portaria nº 11, de 29.01.04
(Diário Oficial da União de 02.02.04)**

Aprova os programas para o controle de resíduos em carne, leite e pescado para o exercício de 2004.

**Instrução Normativa nº 13, de 10.02.04
(Diário Oficial da União de 17.02.04)**

Aprova as normas para habilitação e credenciamento de entidades para a realização de análises de detecção qualitativa de Organismo Geneticamente Modificado (OGM) em soja por meio de "kits" imunocromatográficos.

**Portaria nº 1, de 11.02.04
(Diário Oficial da União de 16.02.04)**

Habilita os cultivares para a safra de trigo 2004/04.

**Instrução Normativa nº 15, de 19.02.04
(Diário Oficial da União de 25.02.04)**

Aprova o regulamento técnico para produção e controle de qualidade da vacina contra a brucelose e antígenos para diagnóstico da brucelose.

Instrução Normativa nº 18, de 27.02.04
(Diário Oficial da União de 23.03.04)

Estabelece as normas sobre os requisitos de qualidade para efeito de credenciamento e monitoramento de laboratório pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com vistas a proceder diagnósticos das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (EET) em ruminantes pela técnica de imunohistoquímica (IHQ), conforme disposto no Anexo I, bem como a aprovar os modelos de formulários para requisição e laudo de resultado de exames e registro de amostras, nas formas constantes dos Anexos II a IV desta Instrução.

Instrução Normativa nº 06, de 09.03.04
(Diário Oficial da União de 10.03.04)

Aprova as normas para a erradicação da Peste Suína Clássica (PSC) a serem observadas em todo o território nacional, na forma do anexo à presente Instrução Normativa.

Instrução Normativa nº 07, de 17.03.04
(Diário Oficial da União de 18.03.04)

Proíbe a importação de ruminantes — seus produtos e subprodutos destinados a quaisquer fins — e de produtos para uso veterinário que contenham em sua composição insumos oriundos de ruminantes, quando originários ou procedentes de países que registraram casos autóctones de EEB e de outros países considerados de risco pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

Instrução Normativa nº 08, de 25.03.04
(Diário Oficial da União de 26.03.2004)

Proíbe, em todo o território nacional, a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal.

**Portaria nº 11, de 01.04.04
(Diário Oficial da União de 05.04.04)**

Aprova o zoneamento agrícola para o trigo não irrigado, no Rio Grande do Sul, para a safra 2004.

**Instrução Normativa nº 09, de 04.05.04
(Diário Oficial da União de 05.05.04)**

Aprova o Sistema Brasileiro de Classificação de Carcaças de Bovinos em todo o território nacional e a classificação dos bovinos abatidos nos estabelecimentos sob o controle do Serviço de Inspeção Federal (SIF).